

# IDENTIDADE E DIFERENÇA: UMA TIPOLOGIA\*

Sérgio Paulo Rouanet\*\*

O tema da identidade e da diferença tem a ver com a relação entre o eu e o outro, seja dentro do mesmo grupo, seja entre diferentes grupos. Nesse último caso, o que está em jogo é a relação com o estrangeiro.

Nas últimas décadas a questão da relação com o estrangeiro parecia estar se encaminhando por trilhas relativamente civilizadas. Algo como uma linha evolutiva de progresso histórico parecia estar se desenhando: da destruição violenta do Outro, pela guerra e pelo holocausto, para um certo pluralismo, fundado na tolerância mútua. Apesar de todas as suas perversões, a própria guerra fria tinha seus pontos positivos, na medida em que substituiu os nacionalismos múltiplos do passado por apenas duas lealdades básicas, o que sem dúvida já constituía um progresso, mesmo ambíguo, em direção à superação dos tribalismos políticos.

Essa filosofia da história, baseada na idéia do progresso - da ética da tribo à ética da humanidade - revelou-se falsa. Com isso, as velhas concepções arcaicas do tempo cíclico e até a idéia do eterno retorno de repente assumiram um aspecto mais realista que a do tempo linear. Não é exatamente uma observação profunda, mas ela precisa ser feita: a história parece estar se repetindo. E ao contrário do que disse Marx, repetindo-se como tragédia, e não somente como farsa. 1914 está acontecendo de novo em Sarajevo, onde o tiro que matou o grão-duque ecoa de novo, com vários decibéis a mais, sob a forma de morteiros sérvios. Ler uma reportagem sobre a Croácia é como reler o capítulo de nossos livros escolares intitulado "Causas da Primeira Guerra Mundial". Fatos semelhantes aos que levaram à destruição da democracia européia, nos anos 1930, como o desemprego maciço e suas correspondentes expressões políticas — o racismo, o nacionalismo, e em geral, o extremismo de direita — estão ocorrendo de novo.

Vivemos numa época em que as categorias de "identidade nacional" ou "étnica" ou "cultural" voltam a circular como se fossem novíssimas; em que pertencer a etnias ou estados nacionais passa a ser mais importante que pertencer ao gênero humano; em que o modesto universalismo alcançado na época da bipolaridade cede lugar, seja a neopatriotismos que reabilitam o conceito de nação, seja a correntes "politicamente corretas" que dissolvem a própria nação

---

\* Texto reconstituído a partir de exposição feita de improviso

\*\* Sérgio Paulo Rouanet, diplomata, ex-Secretário de Estado da Cultura, é autor, entre outros livros, de *As Razões do Iluminismo* e *Mal Estar na Modernidade*.

numa poeira de particularismos infranacionais — a comunidade dos negros, a comunidade dos índios, a comunidade das mulheres, a comunidade dos homossexuais.

Sim, esses fenômenos são refratários a uma filosofia otimista da história, fundada no mito do progresso ético da humanidade, pois eles parecem significar, pelo contrário, uma regressão ao obscurantismo. Mas isso não quer dizer que devamos renunciar a compreendê-los. Nem tudo na história recente é um *tale told by an idiot, full of sound and fury and signifying nothing*. O próprio fato de que tais fenômenos parecem ser uma repetição do passado talvez dê uma pista para sua compreensão. Seu caráter de *déjà vu* talvez seja apenas a expressão do fato de que o repertório de atitudes possíveis na interação entre Ego e Alter é necessariamente finito. Não é que a história esteja verdadeiramente se repetindo: como as respostas possíveis ao desafio do Outro não são ilimitadas, temos a impressão de estar revivendo o já vivido quando as condições históricas concretas impõem a atualização de uma dessas respostas já experimentadas no passado.

Colocar a questão nesses termos já é sugerir um caminho específico para entender esses fenômenos: o método tipológico. Precisamos de uma tipologia que nos forneça ao mesmo tempo uma grade formal para investigações empíricas (em que medida certas formas de relação com o Outro se enquadram num determinado tipo) e um ponto de partida para soluções políticas: como encaminhar a concretização de um tipo considerado eticamente superior.

Minha tipologia se organiza em torno dos dois conceitos polares de **diferencialismo** e **igualitarismo**. A atitude diferencialista postula uma distinção de natureza entre Ego e Alter, enquanto para a igualitarista não existe essa distinção. Cada um dos dois pólos, por sua vez, se cinde em dois, com intenções políticas diferentes, visando seja a dominação, seja a liberdade (própria, do Outro, ou de ambos). A tipologia completa seria algo como: diferencialismo repressivo, igualitarismo abstrato, diferencialismo crítico e igualitarismo concreto.

O diferencialismo repressivo é a forma mais primitiva de relação com o Outro, a mais visceral, a mais próxima da nossa natureza biológica. Enquanto animal que ameaça meu território, o Outro é um intruso investido das características de uma estranheza radical. Ele é diferente, e por isso eu o expulso; essa diferença, que põe em perigo minha existência e a da minha tribo, é irremovível e por isso eu o mato. É esse diferencialismo que está na origem de todos os antagonismos nacionais, racionais, culturais.

Ele estava presente nos gregos, que não tinham unidade política, mas se viam como “helenos”, unificados segundo linhas lingüístico-culturais, que os separavam dos estrangeiros, dos não-helenos - dos bárbaros. Nestes, tudo é estranho — sua língua, (bem entendido “bárbaro” vem dos sons absurdos que uma criança emite antes de aprender a falar) e seus costumes. Heródoto, precursor de todos os etnólogos, se assombra com a diferença entre os hábitos fúnebres dos estrangeiros, comparados com os dos gregos — enterro em vez de

cremação. Isso fundava uma política da exclusão — os persas eram inimigos comuns — e de proteção — nas *Suplicantes*, de Ésquilo, as Danaides se julgavam com direito de receber asilo na Grécia, apesar de virem do Egito, porque sua antepassada Lo nascera em Argos.

Estava presente em Roma, na distinção, primeiro, entre o cidadão de Roma e o das cidades itálicas, e depois entre o não-romano e o *cives romanus*, sujeito às leis romanas, ainda que africano ou asiático, como São Paulo, que invocou essa condição para não ser preso arbitrariamente.

Estava presente na Idade Média, na distinção entre cristãos e muçulmanos ou judeus, o que justificava as Cruzadas e as guerras contra árabes e turcos.

Adquiriu, enfim, caráter “científico” nas doutrinas racistas dos séculos XIX e XX.

Esse diferencialismo alimentou os estereótipos nacionais (os orientais são traiçoeiros), raciais (os judeus são avarentos) e sexistas (as mulheres são caprichosas), com as respectivas auto-avaliações positivas, nas quais consiste, justamente, a “identidade” de Ego com relação a Alter: a operosidade anglo-saxônica, a inteligência criadora do homem, o destino manifesto da raça branca. Em todos esses exemplos, Ego se constrói a partir da diferença que ele percebe no Outro, autodefine-se a partir do rótulo com que ele nomeia a diferença do Outro.

O igualitarismo abstrato parte do pressuposto da igualdade de todos os homens, além das diferenças de nação, cultura, etnia ou sexo. Mas esse igualitarismo é vazio, na medida em que se limita a postular uma igualdade de natureza entre os homens, ignorando suas diferenças reais, criadas pela história e pela sociedade, e com isso os impede de lutarem por uma equalização efetiva, que transforme a igualdade de direito numa igualdade de fato. E é freqüentemente um falso igualitarismo, pois a igualdade entre Ego e Alter só é obtida despojando-se o Outro de tudo aquilo que constitui sua especificidade. O persa de Montesquieu e o hurão de Voltaire só podem ser vistos como idênticos aos ingleses e franceses quando privados daquilo que justamente faz deles persas e hurões. Na verdade, são persas e hurões de opereta, desdobramentos fantasmáticos dos próprios europeus, quando eles querem ver-se de fora, numa posição de excentricidade com relação a si próprios. Ego não alcança Alter, pela simples razão de que Alter é um duplo de Ego. Não é uma viagem em direção ao Outro que é negado tão radicalmente como na figura anterior. O diferencialismo repressivo o anula ao investi-lo de uma diferença ontológica, que o expulsa para o incomensurável e o segrega no ininteligível. O igualitarismo abstrato o anula ao defini-lo como idêntico ao Ego. Num extremo, a diferença é exagerada a ponto de tornar a comunicação impossível, e no outro, é banalizada a ponto de tornar a comunicação desnecessária. Nos dois casos, o contacto com o Outro não se produz.

Em grande parte é o que acontece, também, com a terceira figura de nossa tipologia, o diferencialismo crítico. Como no caso do diferencialismo repressivo, Ego e Alter são intrinsecamente distintos, e por isso uma verdadeira

## IDENTIDADE E DIFERENÇA: UMA TIPOLOGIA

comunicação se torna problemática. Mas agora a intenção é emancipatória. Não é mais Ego que constitui a diferença de Alter, é Alter que se percebe como diferente. É este, e não Ego, que invoca a diferença. Ela deixa de ser a legitimação de uma prática de poder e se transforma numa bandeira de luta. No diferencialismo repressivo, o Ego hegemônico cria em Alter a diferença e com isso justifica sua dominação. A indolência do negro, a avareza do judeu e a irracionalidade da mulher, constituídas pelo olhar diferenciador e hierarquizante do branco, do anti-semita e do homem, definem a identidade do pólo subjugado (detentor dessas características) e do pólo dominante (portador de atributos opostos, como a operosidade, a generosidade e a inteligência). O poder de um pólo sobre outro se funda nessa diferença. Tudo parece mudar no diferencialismo crítico. O colonizado vê sua cultura como diferente da cultura do colonizador e parte dessa diferença para conquistar sua autonomia. O judeu se vê como herdeiro de uma tradição milenar, irredutível à de todos os outros povos, e luta para afirmar sua especificidade, muito além das diferenças meramente biológicas. A mulher assume e converte em armas de combate diferenças que antes faziam parte do arsenal do sexismo, proclamando a existência de uma psicologia e até de uma moralidade própria.

O igualitarismo concreto se distancia do modo mais enfático do diferencialismo repressivo, que essencializa a diferença e a usa como instrumento de dominação. Mas tem afinidades com as outras duas figuras. Como o igualitarismo abstrato, ele parte da igualdade fundamental de todos os homens e mulheres, independentemente de cultura, religião ou etnia, e afirma a existência de uma racionalidade e de uma moralidade básica, partilhada por todos. Ao mesmo tempo, como o diferencialismo crítico, tem perfeita consciência das diferenças reais e sabe que só a partir delas será possível articular um projeto de emancipação humana que transcenda o plano puramente retórico. Integrando, portanto, esses aspectos positivos do igualitarismo abstrato e do diferencial, sem ontologizá-las, e procura acolhê-las no bojo de um projeto de emancipação geral do gênero humano.

Tentemos agora aplicar à história a nossa tipologia.

Se nos limitarmos apenas à modernidade, podemos dizer que no século XVIII predominou largamente o igualitarismo abstrato.

O diferencialismo repressivo grassou no século XIX, com as práticas imperialistas e colonialistas das grandes potências (e respectivas justificações ideológicas), o racismo de Gobineau e o sexismo vitoriano. Ele renasceu no século XX com força plena, nos totalitarismos modernos e sobretudo no fascismo, voltando a assolar o mundo depois do fim do socialismo real, com a exacerbação do nacionalismo, a ressurreição do racismo e uma explosão xenófoba de alcance aparentemente planetário.

O diferencialismo crítico se manifesta, hoje, em certas correntes feministas e nos movimentos sociais que se colocam sob o pavilhão do “politicamente correto”. Para este último, não se trata mais de proteger indivíduos, assegurando-

lhes direitos iguais, mas de proteger identidades coletivas, impedindo a dissolução das diferenças.

Penso que esse diferencialismo é suficientemente ambíguo para merecer algumas reflexões.

Pergunto-me se ele não seria simplesmente a exaltação, no registro positivo, da diferença negativa inventada pelo opressor, uma forma de reagir ao opressor, que reduz a mulher a seu útero e o negro à sua epiderme, afirmando, orgulhosamente, valores uterinos e superioridades advindas da negritude. Pergunto-me se levada às últimas conseqüências essa atitude não implicaria na glorificação do gueto e na instauração de um *apartheid* de esquerda. Pergunto-me se apesar da pureza de suas intenções os diferencialistas críticos não estariam se aproximando, perigosamente, de outros diferencialistas, que usam precisamente conceitos como “direito à diferença” ou categorias como a de identidade cultural e étnica para expulsarem turcos, incendiarem vietnamitas, estuprarem mulheres muçulmanas, destruírem mesquitas ou condenarem à morte escritores sacrílegos. Pergunto-me se o conceito de “multiculturalismo”, que pressupõe a coexistência estática, no mesmo território, de culturas estanques, institucionalizando a diferença, é realmente a melhor maneira de combater a intolerância religiosa e racial, ou se não seria preferível adotar o conceito de “interculturalismo”, que pressupõe **ao mesmo tempo** a preservação de culturas distintas e sua modificação recíproca — a diferença e a abolição tendencial da diferença.

O que é outra maneira de perguntar se o igualitarismo concreto, que reconhece a diferença mas não a canoniza, que não rejeita o conceito de identidade mas a vê como uma construção sempre se fazendo, nômade, instável, e não como uma estrutura fechada construída pela retificação do outro, não seria, afinal, a melhor estratégia para lidar, teórica e praticamente, com a dialética da alteridade.